

CONSTITUINTE

# Ulysses começa a analisar as emendas

*que PK*

por Yves León Winandy  
de Belo Horizonte  
O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara Federal e da Assembleia Nacional Constituinte, deverá iniciar hoje, em Brasília, uma análise comparativa das emendas apresentadas pelos parlamentares, confrontando-as com o projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

A informação foi divulgada ontem, em Belo Horizonte, pelo próprio Ulysses Guimarães, em entrevista concedida no aeroporto da Pampulha, pouco depois de

sua chegada à capital do estado, às 16h35. Sua intenção, em cada caso, pelos parlamentares constituintes, Ulysses Guimarães veio a Belo Horizonte, onde chegou com 35 minutos de atraso sobre a programação prevista, para participar de um jantar reservado com o governador do estado, Newton Cardoso (PMDB). Durante o encontro, esclareceu sua intenção era a de conversar sobre a aceleração dos trabalhos da Assembleia Constituinte — "temos de acabar logo com esse trabalho", afirmou. O presidente do PMDB também pretendia

conhecer a opinião de Newton Cardoso sobre o partido e discutir a questão da unidade partidária.

"A intenção é de preservar a unidade do partido, evitar que saiam do partido", comentou, referindo-se a parlamentares que se dizem dispostos, hoje, a abandonar o PMDB. Com relação à recente decisão dos pemedebistas "históricos" de lançar candidato próprio à Presidência da República, Ulysses Guimarães considerou que, antes, se deve saber exatamente quando será a eleição, e para que sistema de governo. "Acho que eles serviriam à

unidade (partidária) deixando isso tudo para depois da convenção", afirmou.

Para o presidente do PMDB, as 317 assinaturas de parlamentares apoiando um mandato de cinco anos para o presidente Sarney (emenda Matheus Iensen) "têm significação bastante ponderável", mas "votação é no plenário. Já houve casos em que uma emenda com muitas assinaturas acabou sendo rejeitada", acrescentou.

O deputado esclareceu que sua intenção é de pro-

curar acelerar os trabalhos da Assembleia Constituinte e que, para tanto, tem procurado conversar com os governadores de estado de seu partido. "Os governadores vão ter mais verbas (com a nova Constituição), vão ter mais recursos, pois há um propósito de revitalizar a Federação", comentou. Ulysses Guimarães também se manifestou contrário à prorrogação do mandato dos prefeitos das cidades brasileiras: "Quem dá mandato é o povo", disse.

curar acelerar os trabalhos da Assembleia Constituinte e que, para tanto, tem procurado conversar com os governadores de estado de seu partido. "Os governadores vão ter mais verbas (com a nova Constituição), vão ter mais recursos, pois há um propósito de revitalizar a Federação", comentou. Ulysses Guimarães também se manifestou contrário à prorrogação do mandato dos prefeitos das cidades brasileiras: "Quem dá mandato é o povo", disse.

## A nova ofensiva do "Centrão"

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O "Centrão" começou ontem uma nova maratona de coleta de assinaturas. Desta vez, porém, o esforço será menor, pois para apreciação dos requerimentos de destaque para votação em separado de parte do texto do projeto ou do substitutivo que pretende apresentar são necessárias 187 assinaturas.

Os destaques, que ainda serão elaborados, devem incidir sobre os pontos do substitutivo de grupo que divergem sobre o texto do projeto da Comissão de Sistematização. Porém, cerca de 60% dos dois textos são semelhantes.

Com exceção dos títulos II, VII e VIII, que tratam dos Direitos e Garantias Fundamentais, da Ordem Econômica e Financeira e da Ordem Econômica, respectivamente, os demais não são modificados substancialmente.

No título III, que trata da organização do Estado, foi

mantida a mesma organização política administrativa da República, que compreende a União, Estados, Distrito Federal e os municípios, sendo que os territórios integram a União. O "Centrão" também, com exceção do subsolo e dos recursos minerais, mantém a mesma lista de bens da União elencada no projeto constitucional.

Competência da União — O "Centrão" altera algumas palavras apenas, sem, contudo, modificar o sentido do texto que permite à União assegurar a defesa nacional, decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal, emitir moeda, administrar as reservas cambiais, explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão os serviços nacionais interestaduais e internacionais de telecomunicações, de instalação de energia elétrica, navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária, transporte ferroviário nos

portos brasileiros e de fronteira, manter o Poder Judiciário, Ministério Público, manter a Polícia Federal, Rodoviária e a Ferroviária Federal, Polícia Civil, Militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos territórios e explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.

Estados e municípios — Também são mantidos a organização e os bens dos estados e municípios.

Intervenção — A forma de intervenção da União nos estados e destes nos municípios também não é significativamente alterada.

Da organização dos poderes e do sistema de governo, são mantidas as competências do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, assim como as funções de deputados e senadores.

Fiscalização orçamentária — É mantida sob o controle do Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelos sistemas de

controle interno dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, na forma da lei.

O "Centrão" não propõe alterações nas funções do presidente da República, suas atribuições, no conselho da República e ao conselho de defesa nacional, à formação do governo, do primeiro-ministro e conselho de ministros.

Forças Armadas — É mantido o mesmo texto do projeto constitucional, que lhes dá como função a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, a da lei e da ordem.

Tributação — Uma alteração significativa é a supressão do artigo 171 do projeto que permitia aos municípios instituir contribuição de custeio de obras ou serviços resultantes do uso do solo urbano. Também é suprimida a criação dos impostos sobre grandes fortunas e o adicional de 5% da Imposta de Renda pago a ser recolhido pelo Estado.

## Indefinição...

por Andrew Greenlees de Brasília

(Continuação de 1ª página)  
lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento, além de prestar contas anualmente ao Congresso sobre o exercício anterior. O presidente comanda as Forças Armadas e nomeia, com aprovação do Senado, ministros de Tribunais Superiores e embaixadores. Tem mandato de cinco anos, sem direito à reeleição subsequente e deverá ter sua candidatura registrada por partido político.

No parlamentarismo proposto por Egídio Ferreira Lima, o presidente da República também é eleito diretamente, mas assume a função de chefe de Estado e "árbitro do governo". O presidente não tem vinculação partidária. Em relação ao projeto da Sistematização, a emenda inovava ao determinar que o presidente poderá "excepcionalmente" demitir o primeiro-ministro, comunicando as razões à Câmara dos Deputados.

A responsabilidade pela administração cabe ao primeiro-ministro e seus ministros, mas, segundo os parlamentaristas, o presidente também terá forte influência na formação do governo e deverá ser ouvido nas decisões administrativas. O mecanismo de escolha do primeiro-ministro tem várias fases: em primeiro lugar, o presidente consulta "o partido ou coligação majoritária na Câmara dos Deputados" e indica um nome, dentre os membros do Congresso Nacional. No prazo de dez dias, o escolhido deverá comparecer à Câmara para expor seu programa de governo. Em caso de rejei-

ção pela maioria absoluta, o presidente repete a operação e indica novo nome.

Um segundo voto desfavorável fará com que a Câmara assumirá a responsabilidade pela escolha do primeiro-ministro, com apoio da maioria absoluta da Casa. Se esse número não for atingido, o presidente da República poderá dissolver a Câmara e convocar novas eleições parlamentares. O primeiro-ministro e seus ministros também poderão solicitar aos deputados um voto de confiança e, no caso de rejeição, deverão deixar os cargos.

No meio-termo, fica o "presidencialismo mitigado", proposta formulada pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor jurídico do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. As emendas nesse sentido prevêm que o presidente da República — sem vinculação partidária — será chefe de governo e de Estado, mas "com o auxílio do primeiro-ministro". Esse participante da administração federal será indicado exclusivamente pelo presidente, ouvidas "as forças partidárias e políticas do Congresso". O primeiro-ministro não precisa necessariamente ser parlamentar, mas, neste caso, deverá ter seu nome aprovado pelos congressistas.

O primeiro-ministro poderá ainda sugerir a exoneração do ministro e elaborar, com supervisão do presidente da República, as diretrizes orçamentárias. O Congresso Nacional poderá aprovar, por maioria absoluta, moção de censura ao primeiro-ministro.

## "Quem assinou deve manter o voto"

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, concorda com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, em que "assinatura não é voto", mas ressaltou ontem que, no caso das 317 assinaturas em favor do projeto do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) pelos cinco anos de mandato ao presidente Sarney, "quem assinou deve manter o voto".

Com experiência no Congresso Nacional, tendo exercido mandatos de deputado federal e senador, Pedro Simon disse que "tradicionalmente, assinatura não representa compromisso de voto. Mas neste caso o assunto está sendo acompanhado atentamente por todo o País, e quem assinou deve manter o voto".

Pedro Simon acha que o "Centrão" está obtendo significativas vitórias na Constituinte e, em entrevista a este jornal, procurou analisar as razões dessas vitórias. "Desde os tempos do MDB, nossa fórmula era infalível: sempre alijamos as extremas, direita e esquerda, e aliados ao centro, ganhamos tudo, desde 1972. O erro do PMDB foi cair demais para a esquerda, desprezando o centro, que buscou aliança com a direita e agora está ganhando todas. Nós jogamos o centro nos braços da direita."

O momento é negativo para os chamados "autênticos" ou "históricos" do

## Decisão difícil, acha Quéricia

por Adriano Vera e Silva de São Paulo

Embora a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) estabelecendo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney tenha obtido 317 assinaturas de apoio (37 a mais do que o necessário para ser votado automaticamente pelo plenário da Assembleia Constituinte), o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, disse ontem achar "difícil a Constituinte tomar uma decisão contrária à vontade popular, que é pelos quatro anos".

Quéricia defendeu o mandato de cinco anos para Sarney mesmo depois que a Comissão de Sistematização estabeleceu os quatro anos. Mas há três semanas mudou de posição, declarando por diversas vezes que a preferência popular é por eleições presidenciais até em 1990 e que ele não se oporá à vontade popular, embora garanta seu respeito a qualquer decisão tomada pela Constituinte.

O governador colocou-se, assim, numa posição ambígua, que lhe garante um certo conforto tanto na aprovação dos quatro quanto dos cinco anos. Se o plenário da Assembleia Constituinte ratificar a decisão da Sistematização, Quéricia poderá passar de vitorioso, já que "esta é a vontade popular". Por outro lado,

se o plenário da Assembleia Constituinte ratificar a decisão da Sistematização, Quéricia poderá passar de vitorioso, já que "esta é a vontade popular". Por outro lado,

se o plenário da Assembleia Constituinte ratificar a decisão da Sistematização, Quéricia poderá passar de vitorioso, já que "esta é a vontade popular". Por outro lado,

## Covas acredita que os 4 anos serão mantidos

por Andrew Greenlees de Brasília

Alguns dos principais defensores do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney garantiram ontem que ainda acreditam na aprovação desse período pelo plenário da Constituinte, apesar de a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), pelos cinco anos, ter atingido 317 assinaturas de apoio, garantindo-lhe votação em regime de preferência. "A definição é no voto", disse o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, usando um argumento repetido insistentemente pelos "quatroanistas".

Segundo eles, o fato de um parlamentar ter assinado a emenda não significa necessariamente que vá aprová-la em plenário. No Congresso Nacional, é comum o chamado "apoiamento", mecanismo pelo qual se assina determinada proposta para que haja a possibilidade de discussão. "Se somarmos as assinaturas das emendas presidencialista e parlamentarista,

dá mais de 850 constituintes, o que dá uns 100 fantasmas", comentou o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli.

Mas esta argumentação não convenceu os partidários dos cinco anos. Matheus Iensen, por exemplo, afirmou que deixou claro a todos os subscritores, com quem manteve contato, considerar a assinatura, no caso do mandato, como compromisso de voto.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, defendeu a pressão popular sobre deputados e senadores e crítico os aproximadamente 100 pemedebistas da bancada de 305 que assinaram a emenda dos 5 anos, "quando a maioria da opinião pública não pensa assim". Mário Covas não considerou esta divisão na bancada como ameaça à sua liderança. "A convenção partidária decidiu que a questão do mandato fica em aberto para cada um dos membros da bancada decidir", disse o líder na Constituinte.

O momento é negativo para os chamados "autênticos" ou "históricos" do